
Instituto Terra

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores
Instituto Terra

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Terra ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Terra em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Instituto Terra

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

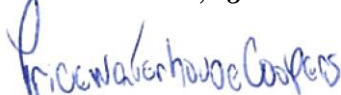
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2018


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Alexandre Fermينو Alvares
Contador CRC 1SP211793/O-5

QUADRO 1**INSTITUTO TERRA****Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)**

Ativo	Nota	2017	2016 (Reapresentado – Nota 2.3)	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2017	2016 (Reapresentado – Nota 2.3)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa livre	2.3 e 4	1.858	1.370	Obrigações sociais e trabalhistas	11	502	438
Aplicação financeira vinculada	2.3 e 4	241	653	Obrigações tributárias		13	10
Valores aplicados em projetos	5(b)	3.840	3.041	Convênios a executar	5(a)	4.083	4.134
Contas a receber de clientes	6	690	7	Fornecedores e outras contas a pagar	12	327	274
Adiantamentos		0	13	Empréstimos	13	135	135
Estoques	7	569	225			5.060	4.991
		<u>7.199</u>	<u>5.309</u>				
Não Circulante				Não Circulante			
Depósitos judiciais	8	114	104	Provisão para contingências	14	184	90
		<u>114</u>	<u>104</u>			<u>184</u>	<u>90</u>
Imobilizado	9	2.095	2.254	Patrimônio Social	15		
Intangível	10	22	22	Doações e subvenções		2.301	2.301
		<u>2.118</u>	<u>2.276</u>	Superávit acumulado		1.887	307
						<u>4.188</u>	<u>2.608</u>
Total do Ativo		<u>9.431</u>	<u>7.689</u>	Total do Passivo e do Patrimônio Social		<u>9.431</u>	<u>7.689</u>

QUADRO 2

INSTITUTO TERRA Demonstração do superávit (déficit) Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS	16	9.499	3.778
Com Restrição		7.787	2.162
Educação e cultura		530	89
Atividades ambientais		7.257	2.073
Sem Restrição		1.712	1.616
Receita de serviços e produtos vendidos		235	267
Contribuições e doações voluntárias		1.191	1.277
Outras gratuidades		271	66
Outros recursos recebidos		15	6
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(7.391)	(3.797)
Atividades de Projetos		(7.391)	(3.797)
Educação e cultura		(750)	(1.071)
Atividades ambientais		(6.281)	(2.538)
Custos de serviços e produtos vendidos		(361)	(188)
RESULTADO BRUTO		2.108	(19)
DESPESAS OPERACIONAIS	16		
Administrativas		(438)	(503)
Salários		(185)	(82)
Encargos sociais		(116)	(35)
Despesas gerais		(73)	(207)
Manutenção e conservação		(10)	(15)
Serviços de terceiros		(37)	(138)
Viagens e representações		(16)	(26)
Depreciação e amortização		(31)	(24)
RESULTADO FINANCEIRO		(59)	94
RECEITAS FINANCEIRAS			
Receita de aplicação financeira		113	137
DESPESAS FINANCEIRAS			
Tarifas bancárias		(12)	(12)
Juros e multas		(155)	(1)
IR sobre aplicação financeira		(2)	(23)
IOF sobre operação financeira		(3)	(7)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		1.580	(452)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 3
INSTITUTO TERRA

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Superávit/Déficit do exercício	<u>1.580</u>	<u>(452)</u>
Outros resultados abrangentes	<u> </u>	<u> </u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>1.580</u>	<u>(452)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

INSTITUTO TERRA

Demonstração das mutações do Patrimônio Social (Em milhares de reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 01 de janeiro de 2016	<u>2.301</u>	<u>732</u>	<u>3.033</u>
Ajuste de exercício anterior		27	27
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>(452)</u>	<u>(452)</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>2.301</u>	<u>307</u>	<u>2.608</u>
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>1.580</u>	<u>1.580</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>2.301</u>	<u>1.887</u>	<u>4.188</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

INSTITUTO TERRA

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016 (Reapresentado – Nota 2.3)
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Superávit (déficit) do exercício		1.580	(452)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		290	165
Depreciação	9	205	172
Amortização	10	1	3
Ganho com atualização monetária		(10)	(12)
Provisão para contingências		94	25
Valor residual de ativo baixado		-	4
Superávit (déficit) ajustado		<u>1.870</u>	<u>(260)</u>
(Aumento) redução de ativos			
Adiantamentos		13	(13)
Valores aplicados em projetos		(799)	(157)
Contas a receber de clientes		(683)	8
Estoques		(344)	(122)
Aumento (redução) de passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		64	63
Obrigações tributárias		3	(4)
Convênios a executar		(52)	399
Doações e subvenções		0	(5)
Outros passivos		53	217
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>124</u>	<u>126</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisições de intangível		0	(24)
Aquisições de ativo imobilizado		(47)	(200)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		<u>(47)</u>	<u>(224)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>77</u>	<u>(98)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		2.023	2.121
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		<u>2.100</u>	<u>2.023</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalente de caixa		<u>77</u>	<u>(98)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O “Instituto” é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1998, com sede na Fazenda Bulcão, localizada no Município de Aimorés, no Estado de Minas Gerais, a qual foi cedida em comodato ao Instituto Terra, por prazo indeterminado, por meio de um Instrumento Particular de Comodato, datado de 04 de julho de 2000, pelos seus proprietários, Sr. Sebastião Ribeiro Salgado Júnior e Sra. Lélia Deluiz Wanick Salgado, os idealizadores e sócios fundadores vitalícios do Instituto Terra.

Em agosto de 2007, os proprietários resolveram fazer a doação da propriedade ao Instituto Terra através de Escritura Pública de Doação com Encargo.

A Fazenda Bulcão, com área de 676 ha foi reconhecida como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) pela Portaria IEF/MG nº 081 promulgada em 7 de outubro de 1998 e trata-se da primeira RPPN criada em uma área degradada de Mata Atlântica no Brasil.

Em 17 de dezembro de 1999, o Instituto Terra foi declarado de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aimorés, através da Lei nº 1.613/1999, tornando-se isento de tributos municipais, enquanto cumprir seu objetivo estatutário.

Ainda em 2009, o Instituto Terra obteve o título de Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) – o primeiro RBMA em Minas Gerais – comprovando que desenvolve de forma regular e mensurável ações significativas nas três funções básicas das Reservas da Biosfera: conservação, conhecimento e desenvolvimento sustentável, conforme definição do Programa MaB UNESCO.

Obteve também os títulos de utilidade pública estadual, por Minas Gerais (2005) e Espírito Santo (2011), e federal (2011).

A Fazenda Bulcão é administrada pelo Instituto Terra com o intuito de estimular o desenvolvimento sustentável através da recuperação e da conservação das florestas e do uso correto dos recursos naturais. Neste sentido, o Instituto Terra vem atuando em cinco áreas: restauração ecossistêmica, educação ambiental, produção de mudas nativas, extensão ambiental/Programa Olhos D’água e pesquisa aplicada.

Em 2011 foram iniciadas atividades comerciais com vistas à sustentabilidade econômico-financeira do Instituto Terra, tais como a comercialização de mudas florestais atlânticas e suvenires.

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apesar de desde o ano de 2010 o Instituto Terra já vir executando iniciativas de recuperação de nascentes na bacia hidrográfica do Rio Doce, no ano de 2015 houve o lançamento do “Programa Olhos D’água”, que tem por objetivo buscar a recuperação de todas as nascentes localizadas em todos os 228 municípios compreendidos no perímetro do Vale do Rio Doce, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A estimativa inicial do programa é a recuperação de cerca de 345 mil nascentes, através do plantio de mais de 50 milhões de árvores nativas, em áreas que deverão ser protegidas através de cercas de proteção. Além disso, o programa também prevê a instalação de fossas sépticas ou mini estações para tratamento de esgotos, nas propriedades com nascentes recuperadas, bem como a regularização do Cadastro Ambiental Rural – CAR, das propriedades que aderirem ao programa. Além de receitas de doações, de serviço e projetos específicos e vinculados ao programa, o Instituto Terra também vem recebendo doações nacionais e internacionais de pessoas físicas e outra entidades para a ajuda na causa da recuperação do Vale do Rio Doce como um todo, todavia sem propósitos contratuais específicos. Ambos convênios contratualmente vinculadas e as doações livres estão sendo alocadas e direcionadas ao Programa Olhos D’água.

Para o ano de 2018, os indicadores confirmam que a Organização possui capacidade de saldar suas obrigações correntes, pelo disponível e em parte pelo recebimento de realizáveis a curto prazo (dos convenios previamente assinados e de doações recorrentes), tendo portanto um equilíbrio financeiro sem previsão de problemas de liquidez.

Risco de crédito - baixo pois só iniciamos as atividades principais após a assinatura dos convênio com parceiros ou com os governos estaduais. Os bancos com os quais trabalhamos são todos de primeira linha, não representando um risco para nossas aplicações financeiras.

Instrumentos financeiros

Nota explicativa:

Instrumentos financeiros	<u>Categoria</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalente de caixa livre	Empréstimos e recebíveis	1.858	1.370
Caixa e equivalente de caixa vinculado	Empréstimos e recebíveis	242	653
Valores aplicados em projetos	Empréstimos e recebíveis	3.840	3.041
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	690	7
		<u>6.630</u>	<u>5.071</u>
Outros passivos financeiros			
Fornecedores e outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	327	274
Convênios a executar	Outros passivos financeiros	4.083	4.134
Empréstimos	Outros passivos financeiros	135	135
		<u>4.545</u>	<u>4.543</u>

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 23 de novembro de 2018 as Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho Diretor para posteriormente serem divulgadas.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), aplicáveis às pequenas e médias empresas, em especial no que diz respeito à NBC ITG 2002 (R1), que trata sobre as Entidades sem finalidade de lucros.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

(a) As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto Terra e também sua moeda de apresentação. Todas as informações financeiras divulgadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

2.3 Reapresentação de cifras comparativas

Valores relativos a parcela de caixa e equivalente de caixa vinculado, classificado como caixa e equivalente de caixa no exercício de 2016, foram reclassificadas e estão sendo reapresentadas na rubrica de caixa e equivalente de caixa vinculado (R\$ 653) para melhor comparabilidade com o período atual. Estas reclassificações não afetaram o resultado e patrimônio líquido da Entidade. As seguintes alterações foram feitas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017:

Balço Patrimonial	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa livre	2.023	(653)	1.370
Caixa e equivalente de caixa vinculado	-	653	653

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Contribuições e Doações

(a.1) Contribuições e Doações Desvinculadas

As contribuições ou doações em moeda corrente e em bens e serviços gratuitos desvinculadas, são aquelas cujo doador não estipula um fim ou condições específicas a serem cumpridas pelo Instituto. Tais doações são classificadas diretamente nas contas de resultado do exercício.

(a.2) Doações Vinculadas

As doações vinculadas são aquelas cujo doador estipula obrigações ou condições específicas a serem cumpridas pela entidade. As doações e respectivas aplicações são registradas no resultado no momento que o doador dos recursos confirma, formalmente, que as referidas obrigações foram cumpridas pelo Instituto.

(a.3) Contribuições e Doações Patrimoniais

As contribuições e doações patrimoniais são aquelas recebidas exclusivamente para a aquisição e/ou construção de ativo imobilizado e no patrimônio social, na rubrica “Fundos de Doações e Subvenções”.

(b) Apuração do Superávit (Déficit)

As receitas e as despesas são apuradas pelo regime de competência. As receitas desvinculadas de doações para custeio da Instituição, são reconhecidas no resultado quando recebidas e têm a finalidade de custear as diversas atividades desenvolvidas que não possuem patrocinador específico.

(c) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ativo imobilizado e riscos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Instituto revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

(d) Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

(e) Valores Aplicados em Projetos

São aplicações de convênios vinculados a projetos que ainda não foram submetidos a aprovação e ou estão aguardando a aprovação da prestação de contas pelo doador.

(f) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, formação ou construção menos o valor da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas conforme demonstradas abaixo e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os encargos de depreciação foram alocados aos custos referentes às iniciativas de Educação e Meio-Ambiente, bem como às despesas administrativas no que se referem aos imóveis utilizados para tal fim. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamento.

O Instituto inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcione benefícios econômicos futuros, sendo baixado o valor contábil das peças substituídas. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados anualmente.

- Edificações 25 anos
- Benfeitorias em Instalações Próprias 10 anos
- Máquinas e Equipamentos 10 anos
- Móveis e Utensílios 10 anos
- Viveiro Florestal 10 anos
- Veículos 05 anos

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

(g) Ativos intangíveis

As marcas registradas, as licenças (incluindo licença de software) e as relações contratuais adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico menos amortização. A amortização é calculada pelo método linear para alocar conforme taxa mencionadas abaixo.

- Marcas e Patentes 05 anos
- Software 05 anos

(h) Convênios a Executar

O saldo em convênios a executar corresponde aos valores liberados pelos doadores, vinculados a projetos mas que na data de balanço ainda não foram aplicados e/ou caso tenham sido aplicados nos respectivos projetos, que ainda não tenham sido submetidos à aprovação ou estão aguardando aprovação pelo doador.

(i) Demais Ativos e Passivos Circulantes

São apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos.

(j) Estoques

São apresentados pelos valores de custo das mercadorias adquiridas para revenda, ou mercadoria recebida em doação para aplicação no Programa Olhos D'Água, e todos têm inventário periódico.

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda.

A natureza dos produtos em estoques são souvenirs, gêneros alimentícios e insumos para cercamento de nascentes em propriedades rurais.

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(k) Contas a Receber de Clientes

As contas a receber são as vendas de produtos ou serviços, efetuadas através de cartão de crédito, boleto bancário e depósito bancário e são registradas pelo seu valor nominal.

A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva que o Instituto não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

(l) Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

(m) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo valor justo e, pagas em curto prazo.

(n) Patrimônio Social

Representa o patrimônio social inicial do Instituto, das “Doações e Subvenções” de sua constituição e o resultado do superávit (déficit) do exercício. Os superávits gerados são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, bem como os déficits absorvidos pelo patrimônio social.

(o) Venda de produtos e serviços

O Instituto produz mudas florestais nativas da Mata Atlântica em seu viveiro e comercializa o excedente após utilização em suas atividades de reflorestamento como forma de sustentação.

O Instituto comercializa também souvenirs, serviços de visitação orientada e aluguel de suas dependências para eventos ou hospedagem, como fonte de sustentabilidade.

O recebimento das vendas geralmente é realizado em dinheiro, por meio de cartão de crédito, boleto ou depósito bancário. Toda renda advinda dessas receitas é revertido integralmente no objetivo geral do Instituto Terra.

(p) Prestação de serviços

O Instituto presta serviços de restauração ecossistêmica, proteção e recuperação de nascentes através de seus diversos programas. Esses serviços são geralmente contemplados em contratos.

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado de acordo com cada contrato, levando-se em consideração o estágio de execução do serviço contratado, quando o serviço é efetivamente prestado, e tem como referência o referido contrato.

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(q) Provisão para contingência tributária, cível e trabalhista

A entidade constitui provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(r) Gratuidades

O Instituto Terra reconhece em suas demonstrações financeiras as gratuidades que estão a sua disposição em forma de prestação de serviços / atividade profissional feita de forma gratuita e com a mesma qualidade e responsabilidade como se fosse pago. Também conhecidas como “Pro Bono”. A gratuidade é reconhecida pelo seu valor justo.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA e APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalente de caixa inclui:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Bancos com Movimento de Recursos Livres (a)	16	74
Bancos com Movimento de Vinculadas (b)	1	2
Aplicações Financeiras de Recursos Livres (a)	1.842	1.294
Aplicações Financeiras Vinculadas (b)	<u>241</u>	<u>653</u>
Total	<u>2.100</u>	<u>2.023</u>

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) caixa e equivalente de caixa livre

			<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>Depósito Bancário em Conta Corrente</u>	<u>Depósito Bancário de Curto Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Livre	25	552	576	137
Programa Olhos D'Água	(9)	1.290	1.282	1.233
Caixa e equivalente de caixa livre	16	1.842	1.858	1.370

(b) Aplicações financeiras vinculadas

Vinculadas

Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil - TNC	-	25	25	-
Energest S.A	-	71	71	-
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad Olhos D'Água	-	140	140	53
Instituto Líderes do Amanhã	-	5	5	94
Defensoria Pública	-	-	0	499
Todos pelo Rio Doce	1	-	1	7
Caixa e equivalente de caixa vinculado	1	241	242	653

O saldo de aplicações financeiras vinculadas refere-se a recursos a serem aplicados estritamente no escopo dos respectivos convênios. Os valores estão aplicados em bancos reconhecidos no mercado e possuem liquidez imediata para serem utilizados nos projetos atrelados.

5 CONVÊNIOS A EXECUTAR

Referem-se a valores recebidos de convênios institucionais destinados à aplicação em projetos e gastos específicos (projetos vinculados). Esses valores serão reconhecidos contra o resultado dos exercícios, de acordo com a utilização dos recursos, ou seja, quando forem efetivamente realizados os gastos previstos, ou quando forem aprovadas as prestações de contas pelos respectivos doadores, quando requerido.

INSTITUTO TERRA

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Movimentação dos Recursos de Convênios

	Total do Convênio	Saldo em 2016	Recursos Liberados e Rendimentos	Recursos Utilizados	Saldo em 2017
Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA	497	119	-	-	119
Prefeitura Municipal de Aimorés - PMA	150	40	-	(40)	-
Prefeitura Municipal de Colatina - PMC	301	11	-	(11)	-
Fundo Estadual de Recursos Hídricos do ES – Fundágua	100	81	-	(81)	-
Ministério Público Federal	169	77	-	(77)	-
Instituto Estadual de Florestas – IEF MG (2011)	1.096	832	-	-	832
Vale S.A. - Olhos D'Água	1.949	806	-	-	806
Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil - TNC	500	25	25	(25)	25
Energest S/A II	52	11	-	(11)	-
Energest S/A III	50	45	-	(45)	-
Vale S.A - Nere	300	328	-	-	328
Fondation Credit Agricole (Suisse)	244	101	-	(101)	-
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad Olhos D'Água	5.729	219	-	-	219
Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Colatina Olhos D'Água	4	9	-	-	9
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad/Fhidro	781	338	299	-	637
Vitalogy Fondation - Pearl Jam	122	127	6	-	133
Fondation Prince Albert II de Monaco - FPA II	641	514	-	-	514
Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S/A	12	12	-	-	12
Movimento Todos Pelo Rio Doce	-	-	1	-	1
Instituto Líderes do Amanhã	5	-	5	-	5
Defensoria Pública	-	-	-	-	-
José Roberto Marinho - NERE	366	-	372	-	372
Energest S.A	105	-	71	-	71
	<u>13.173</u>	<u>3.695</u>	<u>779</u>	<u>(391)</u>	<u>4.083</u>
Fundação Renova	9.148	440	5.425	(5.865)	-
	<u>22.321</u>	<u>4.135</u>	<u>6.204</u>	<u>(6.256)</u>	<u>4.083</u>

INSTITUTO TERRA**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****(b) Conciliação do saldo dos convênios**

	Valores aplicados em projetos 2016	Gastos incorridos	Valores aprovados	Valores aplicados em projetos 2017
Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA	119	-	-	119
Prefeitura Municipal de Aimorés - PMA	40	-	(40)	-
Prefeitura Municipal de Colatina - PMC	11	-	(11)	-
Fundo Estadual de Recursos Hídricos do ES – Fundágua	81	-	(81)	-
Ministério Público Federal	78	-	(78)	-
Instituto Estadual de Florestas I - IEF/SEMAD (2011)	832	-	-	832
Vale S.A - Olhos D'água	806	-	-	806
Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil - TNC	25	-	(25)	-
Energest S/A II	11	-	(11)	-
Energest S/A III	45	-	(45)	-
Vale S.A - Nere	328	-	-	328
Foundation Credit Agricole (Suisse)	101	-	(101)	-
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad Olhos D'Água	219	-	-	219
Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Colatina	8	-	-	8
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Fhidro	286	211	-	497
Vitalogy Foundation - Pearl Jam	33	100	-	133
Foundation Prince Albert II de Monaco - FPAIL	15	499	-	514
Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S/A	4	8	-	13
Todos pelo Rio Doce	-	-	-	-
Instituto Líderes do Amanhã	-	-	-	-
Defensoria Pública-ES	-	-	-	-
José Roberto Marinho - NERE	-	372	-	372
Energest S/A IV	-	-	-	-
	3.042	1.190	(391)	3.841

- (i) Valores pendentes de aprovação de prestação de contas, reconhecidos contabilmente na rubrica "Valores aplicados em projetos" (ativo circulante).

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a Receber de Clientes	690	7
Total	<u>690</u>	<u>7</u>

Não foi reconhecido provisão para crédito de realização duvidosa por que todo saldo refere-se a valores a receber de operadores de cartão de crédito sem histórico de perda de crédito. Exclusivamente nesse exercício, há recebíveis de prestação de serviços da Fundação Renova no montante de R\$ 683.

7 ESTOQUES

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Estoque de mercadoria para revenda	93	104
Estoque de doações a distribuir	476	121
Total	<u>569</u>	<u>225</u>

Estoques de doações a distribuir são referentes a materiais para cercamento de nascentes, doados pela ArcelorMittal Brasil S.A, cujo compromisso foi firmado através de Termo de Cooperação em Março de 2015, na égide do escopo do Programa Olhos D'água.

8 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósito judicial	114	104
Total	<u>114</u>	<u>104</u>

Refere-se a depósito caução realizado com valor atualizado do processo de nº 0003402-14.2012.4.01.3813 em ação ordinária proposta pelo Instituto Terra em face da União Federal, objetivando a suspensão da cobrança dos recursos que lhe foram repassados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 IMOBILIZADO

Custo	Benfeitorias em Instalações Próprias						Total
	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Viveiro Florestal	Veículos		
Em 1º de janeiro de 2016	3.375	65	702	267	176	15	4.600
Adições	-	91	106	3	-	-	200
Baixas	-	-	(470)	(200)	(176)	(8)	(854)
Em 31 de dezembro de 2016	3.375	156	338	70	0	7	3.946
Depreciação Acumulado							
Em 1º de janeiro de 2016	(1.364)	(9)	(568)	(245)	(176)	(12)	(2.374)
Depreciação anual	(142)	(6)	(22)	(1)	-	(1)	(172)
Depreciação acumulada de ativos baixados	-	-	470	200	176	8	854
Em 31 de dezembro de 2016	(1.506)	(16)	(120)	(46)	-	(5)	(1.692)
Valor Contábil							
Em 1º de janeiro de 2016	1.870	142	217	25	-	2	2.256
Em 31 de dezembro de 2016	1.869	141	218	24	-	2	2.254

INSTITUTO TERRA

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo	Edificações	Benfeitorias em Instalações Próprias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Viveiro Florestal	Veículos	Total
Em 1º de janeiro de 2017	3.375	156	807	271	176	15	4.800
Adições	-	-	45	3	-	-	47
Baixas	-	-	(474)	(200)	(176)	(8)	(857)
Em 31 de dezembro de 2017	3.375	156	378	74	-	7	3.990
Depreciação Acumulado							
Em 1º de janeiro de 2017	(1.506)	(15)	(591)	(247)	(176)	(13)	(2.546)
Depreciação anual	(137)	(12)	(48)	(7)	-	(1)	(205)
Depreciação acumulada de ativos baixados	-	-	474	200	176	8	857
Em 31 de dezembro de 2017	(1.642)	(27)	(165)	(54)	-	(6)	(1.894)
Valor Contábil							
Em 1º de janeiro de 2017	1.870	141	217	24	-	2	2.254
Em 31 de dezembro de 2017	1.733	129	212	20	-	1	2.095

O Instituto utiliza o método linear para a depreciação praticada e tais encargos no valor total de R\$ 205 (2016 - R\$ 172) foram alocados aos custos ambientais e de educação, bem como às despesas administrativas.

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 ATIVOS INTANGÍVEIS

2016

Custo	Marcas e Patentes	Software	Total
Em 1º de janeiro de 2016	5	9	14
Adições	-	24	24
Em 31 de dezembro de 2016	5	33	38
Amortização e Perdas Acumuladas			
Em 1º de janeiro de 2016	0	(9)	(9)
Amortização Anual	(5)	(1)	(6)
Em 31 de dezembro de 2016	(5)	(11)	(16)
Valor Contábil			
Em 1º de janeiro de 2016	-	(9)	(9)
Em 31 de dezembro de 2016	-	22	22

2017

Custo	Marcas e Patentes	Software	Total
Em 1º de janeiro de 2017	5	33	38
Adições	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	5	33	38
Amortização e Perdas Acumuladas			
Em 1º de janeiro de 2017	(5)	(11)	(16)
Amortização Anual	-	(1)	(1)
Em 31 de dezembro de 2017	(5)	(12)	(16)
Valor Contábil			
Em 1º de janeiro de 2017	-	(11)	(11)
Em 31 de dezembro de 2017	-	22	22

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Encargos Sociais a Pagar	103	77
Obrigações Trabalhistas	130	140
Provisões Trabalhistas (i)	269	221
Total	<u>502</u>	<u>438</u>

(i) Provisões de férias e encargos sociais.

12 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores	326	273
Contas a Pagar	1	1
Total	<u>327</u>	<u>274</u>

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Outras contas a pagar são descontos em folha de funcionários, por determinação judicial e negociação com instituição financeira e são registradas pelo valor presente.

13 EMPRÉSTIMOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos	135	135
Total de Empréstimos	<u>135</u>	<u>135</u>

Referem-se a empréstimos no valor conjunto de R\$135, tomados junto à Krenak Empreendimentos Artísticos Ltda., empresa usualmente doadora de recursos ao Instituto, sem juros fixados, e que possuem prazos indeterminados de vencimento, porém, reconhecemos em nossas demonstrações financeiras, o valor da correção monetária que são registrados como doação, portanto, a administração do Instituto decidiu pela classificação desse no passivo circulante.

Os recursos foram utilizados para custeio do objeto social do Instituto, em projetos de natureza permanente. Os empréstimos foram e eventualmente são tomados principalmente quando há atrasos na liberação de recursos comprometidos pelos patrocinadores dos projetos.

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração acompanha o desenvolvimento de todos os processos, constituindo provisão para perda eventual nos casos em que seus assessores legais avaliam como provável o desfecho desfavorável.

	<u>Risco Trabalhista</u>
Em 1º de janeiro de 2017	90
No resultado	
Provisões adicionais durante o ano(ii)	94
Valor baixado contra provisão durante o ano(i)	-
Valores não utilizados e estornados	-
	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>184</u>

(i) O Instituto Terra adota a prática de efetuar provisões para eventuais riscos trabalhistas, conforme orientação de seus assessores jurídicos.

15 PATRIMÔNIO SOCIAL

O capital social compreende Doações e Subvenções, acrescido do Superávit do Exercício.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Doações e Subvenções	2.301	2.301
Superávit Acumulado	<u>1.887</u>	<u>307</u>
Patrimônio Social	4.188	2.608

INSTITUTO TERRA**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****16 RECEITAS E DESPESAS**

	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS	9.340	3.778
Com Restrição	7.787	2.162
Núcleo de Estudos em Restauração Ecológica - Atividade Educacional	530	70
Educação Ambiental	-	19
Restauração Ecológica- Atividades Ambientais	101	535
Extensão Ambiental - Atividades Ambientais	156	180
Programa Olhos D'água - Atividades Ambientais	533	272
Gratuidade para o Programa Olhos D'água - Atividades Ambientais	-	195
Doações Voluntárias para o Programa Olhos D'água - Atividades Ambientais	-	31
Receita de Serviço para o Programa Olhos D'água - Atividades Ambientais	6.466	860
Sem Restrição	1.553	1.616
Receitas de Serviços e Produtos Vendidos	235	267
Contribuições e Doações Voluntárias	1.042	1.277
Gratuidades	271	66
Outros Recursos Recebidos	5	6
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(7.391)	(3.797)
ATIVIDADES DE PROJETOS	(7.391)	(3.797)
Educação e Cultura	(750)	(1.071)
Restauração Ecológica	(773)	(715)
Viveiro	(738)	(711)
Programa Olhos D'Água	(4.614)	(932)
Extensão Ambiental	(156)	(180)
Custo de Serviços e Produtos Vendidos (Captação de recursos para sustentabilidade)	(361)	(188)
RESULTADO BRUTO	(1.949)	(19)
DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativas	(438)	(503)
Depreciação e Amortização	(31)	(24)

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 ASPECTOS FISCAIS

O Instituto Terra, entidade sem fins lucrativos, está isento do imposto de renda e das contribuições sociais, nos termos do artigo 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal.

As instituições isentas estão obrigadas a atender a determinados requisitos legais, os quais são determinados pelo Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), em seu artigo 14 como segue:

“Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do art. 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (Redação implementada pela LC 104, de 10.01.2001);

II – aplicarem integralmente no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III – manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

O Instituto Terra vem sendo cumpridor de todas as exigências legais para usufruto da isenção tributária do imposto de renda e das contribuições sociais.

Conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do §1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

No que diz respeito à COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos. Também nesse caso, o gozo da isenção depende do preenchimento dos requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

Adicionalmente, nos termos do inciso III e do § 1º do artigo 14 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, estão isentas de PIS e COFINS as receitas dos serviços prestados à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas.

A Entidade atende aos requisitos legais e está isenta das obrigações tributárias acima indicadas.

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho Diretor do Instituto Terra é composto pelos seguintes membros:

José Armando de Figueiredo Campos	Presidente
Mauro Leite Teixeira	Vice-Presidente
Tomaz Benedito de Souza	Secretário Geral
Afonso Borges	Diretor
Carlos Alberto Roxo	Diretor
Henrique Lobo Gonçalves	Diretor
Izabella Monica Vieira Teixeira	Diretor
Juliano Ribeiro Salgado	Diretor
Lélia Deluiz Wanick Salgado	Diretor
Paulo Henrique Wanick Mattos	Diretor
Robson de Almeida Melo e Silva	Diretor
Sebastião Ribeiro Salgado Junior	Diretor

Diretora Executiva

Isabella Salton Marques de Souza

Responsável Técnico

Edna Maria Amorim de Assis

Contadora

CRC MG 095127/0-6